

---

# INVESTIMENTOS PÚBLICOS E O CICLO POLÍTICO ORÇAMENTÁRIO NOS GRANDES MUNICÍPIOS BRASILEIROS

*Public investments and the budget policy cycle in large Brazilian municipalities*

## Alvaro José Gralak

Egresso do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). alvarogralak@hotmail.com.

## Willson Gerigk

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), campus de Irati. PR 153, KM 07. Riozinho. 84550-000. Irati, PR, Brasil. Caixa postal 21. wgerigk@unicentro.br.

## Flávio Ribeiro

Doutor em Contabilidade pela UFPR. Professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis da Unicentro, campus de Irati. Rua Professora Maria Rosa Zanon de Almeida, Engenheiro Gutierrez. 84505-677. Irati, PR – Brasil. flavioribeiro@unicentro.br.

---

**Resumo:** A presente pesquisa analisou os investimentos públicos e a ocorrência de ciclos políticos orçamentários nos grandes municípios brasileiros durante o período de 2005 a 2016. A amostra englobou 35 municípios com população superior a 500 mil habitantes, baseada nos dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo tem por pressuposto que, em anos eleitorais, os políticos possuem tendência de expansão de gastos com investimentos públicos, como forma de causar uma impressão positiva perante os eleitores e, como consequência, obterem vantagens políticas. Para identificar a possível ocorrência dos ciclos políticos orçamentários, foram coletados dados relativos aos gastos com investimentos públicos dos grandes municípios brasileiros na base de dados da STN/Finbra. A análise foi realizada por meio da técnica de dados em painel. Os resultados encontrados contrariaram as expectativas, visto que não foram identificadas evidências da ocorrência dos ciclos políticos orçamentários nos gastos com investimentos públicos dos grandes municípios brasileiros, no período de 2005 a 2016, diferentemente de estudos similares até então realizados.

**Palavras-chave:** Ciclos Políticos; Investimentos Públicos; Grandes Municípios; Eleições Municipais.

**Abstract:** This research analyzed public investments and the possible occurrence of budget political cycles in the large Brazilian municipalities during the period from 2005 to 2016. The study sample comprised 35 municipalities with population over 500 thousand inhabitants, based on the 2010 census data of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The study is based on the assumption that in electoral years, politicians tend to expand public investment spending as a way of making a positive impression on voters and, as a result, gaining political advantage. To identify the possible occurrence of budget political cycles, data were collected on public investment spending of large Brazilian municipalities in the STN/Finbra database. The analysis was performed using the panel data. The results found were contrary to expectations, since there was no evidence of the occurrence of budgetary policy cycles in public investment spending of large Brazilian municipalities, from 2005 to 2016, unlike the results of similar studies performed.

**Keywords:** Political Cycles; Public Investments; Large Municipalities; Municipal Elections.

## 1 INTRODUÇÃO

Os investimentos públicos representam gastos realizados pelos entes públicos com a finalidade de melhorar as condições para a prestação de serviços públicos e/ou ações que contribuam para aprimorar as condições de vida da população (SLOMSKI, 2006; ANDRADE, 2007; KOSHAMA, 2016). Os gastos com esses investimentos são visíveis à população e, conseqüentemente, motivam os gestores, tanto na esfera municipal como na federal e estadual, a empreenderem esforços com o objetivo de aumentar essa forma de despesa (VIEIRA; ARVATE, 2008; RODRIGUES, 2010; BORGES, 2010; VIDEIRA; MATTOS, 2011; ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2014; REIS; SANTANA, 2015).

Segundo Orair, Gouvêa e Leal (2014), os governantes motivam-se em realizar gastos com investimentos públicos, especialmente com obras públicas, devido a algumas características, como: a universalidade da utilização, a maior adaptabilidade ao calendário eleitoral, as diferentes fontes de custeio e por estarem mais sujeitas à arbitrariedade dos governantes, em razão de seu caráter mais particularista.

Para Bezerra (2001), os gastos públicos realizados em obras públicas produzem benefícios coletivos, ao atenderem a interesses de uma multiplicidade de pessoas, e mantêm estreita relação com as exigências de uma aplicação democrática dos recursos públicos. Entretanto, o que se observa comumente por parte dos governantes é um grande esforço de vinculação e/ou associação da execução de obras públicas ao grupo político que se encontra governando o ente público e, invariavelmente, buscam alguma promoção junto aos eleitores.

Segundo Ferreira Neto, Fontes e Lima (2004), os políticos em períodos pré-eleitorais podem utilizar estratégias fiscais e monetárias de política econômica para serem reeleitos ou manterem seu partido ou grupo político no poder. Já no período pós-eleitoral esses políticos adotam medidas a fim de equilibrar os altos gastos adotados anteriormente. Esse processo se repete a cada ciclo eleitoral, provocando constantes flutuações na economia, sendo ele denominado na literatura como ciclos políticos orçamentários.

Os ciclos políticos orçamentários são distorções nas políticas fiscais e econômicas promovidas pelos governantes, que ao se prevalecer da assimetria informacional em relação aos eleitores provocam aumentos intencionais nos gastos mais visíveis pela população, que retribui por meio do voto. Dessa forma, os políticos são eleitos pela impressão positiva passada aos eleitores, e não por sua real competência (FERREIRA; BUGARIN, 2007).

Em relação ao nível municipal, há estudos internacionais como os de Pettersson-Lidbom (2003) (ii, tratando de municípios suecos. Já Drazen e Eslava (2005) analisaram os entes locais colombianos. Veiga e Veiga (2007), em pesquisa com entes públicos locais portugueses, utilizam a teoria dos ciclos políticos com esses entes subnacionais e os resultados confirmam a ocorrência de ciclos políticos orçamentários em municípios.

Pesquisas brasileiras como as de Sakurai (2009) avaliaram os impactos dos ciclos políticos sobre as despesas por funções de governo nos municípios brasileiros. Videira e Mattos (2011) pesquisaram se os gastos em anos eleitorais, em determinado município, que caracterizariam um ciclo político-eleitoral, são influenciados pelos gastos realizados pelos municípios limítrofes. Já Queiroz (2015) avaliou a relação entre os períodos eleitorais com o comportamento das despesas em municípios brasileiros. E Gerigk (2016) apresentou um estudo com municípios brasileiros com menos de 5 mil habitantes. Tais pesquisas evidenciam que a teoria dos ciclos políticos orçamentários tem se mostrado aderente e aplicável no nível local, contribuindo para compreender o comportamento dos incumbentes municipais nos períodos eleitorais.

Especificamente quanto aos gastos locais com investimentos públicos, pesquisas brasileiras recentes confirmam a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários. Orair, Gouvêa e Leal (2014) investigaram a ocorrência dos ciclos políticos em relação aos investimentos nas três esferas gover-

namentais brasileiras e encontraram tendência de expansão dos investimentos, que apresentaram aceleração cíclica em anos pré-eleitorais. Gonçalves, Funchau e Bezerra Filho (2017) analisaram os ciclos políticos em conjunto com o viés ideológico sobre o nível de investimento público em infraestrutura nos estados brasileiros e, como resultado, verificaram que somente o ciclo político influenciou nos gastos com investimentos, enquanto a ideologia partidária não apresentou impacto significativo. Gerigk e Ribeiro (2018) concluíram que os gastos com investimentos públicos nos pequenos municípios brasileiros, entre 2001 e 2012, foram impactados positivamente pelos períodos eleitorais, ou seja, aumentaram nos anos eleitorais quando comparados com aqueles em que não ocorreram eleições.

Diante da importância dos investimentos públicos para a manutenção do bem-estar social e da observância dos ciclos políticos orçamentários comprovados em estudos anteriores, o presente estudo orienta-se pela seguinte questão de pesquisa: o ciclo político orçamentário exerce influência sobre os gastos com investimentos públicos nos grandes municípios brasileiros?

Ao se analisar a ocorrência de ciclos políticos orçamentários no nível municipal, um fator relevante é que os entes locais, como cidadãos que vivem nos municípios, mantêm maior relação de proximidade com o poder público local, quando comparados com os entes públicos superiores. Assim, por estarem mais próximos dos problemas enfrentados pelos munícipes, os governos municipais teriam melhores condições de resolvê-los. Outro aspecto a ser considerado é o calendário eleitoral brasileiro, que é periódico com datas previamente conhecidas pelos gestores locais, contribuindo para que a execução de gastos com investimentos públicos importantes possa ser gerenciada para serem concretizados em anos eleitorais. Também, pode-se argumentar que a gestão de municípios, especialmente aqueles com maior população, contribui para impulsionar a carreira política do gestor, tanto para outras instâncias como para outros poderes em que existe disputa por meio do voto da população (SAKURAI, 2009; ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2014; REIS; SANTA-ANA, 2015; GERIGK, 2016).

Assim, o objetivo geral da pesquisa é determinar os efeitos dos ciclos políticos orçamentários sobre os gastos orçamentários com investimentos públicos municipais nos municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes, no período compreendido entre os anos de 2005 a 2016.

A pesquisa avalia os efeitos dos ciclos políticos orçamentários sobre os investimentos públicos municipais, devido ao fato de que esses tipos de gastos exercem forte apelo político no âmbito municipal e exigem tanto ações administrativas como políticas dos gestores locais para serem efetivados.

O presente estudo busca contribuir com a temática de pesquisa ao analisar uma amostra que inclui apenas os grandes municípios brasileiros (mais de 500 mil habitantes), a qual ainda não foi estudada isoladamente. Tais municípios detêm maior capacidade de arrecadação própria (recursos livres), que pode ser alocada mais livremente pelos governantes locais, bem como contam com grandes polos eleitorais. Com isso, pode-se avaliar os impactos a respeito da ocorrência ou não dos ciclos políticos orçamentários em um conjunto de municípios que, certamente, contam com grande interesse eleitoral dos partidos políticos que disputam seus comandos, o que pode potencializar a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários.

A segunda seção aborda o referencial teórico. Na sequência, a metodologia da pesquisa é explicitada. Os resultados são descritos na quarta seção. Nas considerações finais, os achados da pesquisa são evidenciados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tratado a seguir refere-se à teoria dos ciclos políticos orçamentários, às características dos investimentos públicos e aos estudos empíricos sobre investimentos públicos.

## 2.1 Ciclos políticos

Os ciclos políticos abordados no presente trabalho compreendem os ciclos de negócios, objeto de estudo de Nordhaus (1975), que analisou as intervenções provocadas na economia pelos governantes, e o ciclo político orçamentário, modelo apresentado por Rogoff (1990), que aborda as alterações fiscais e orçamentárias efetuadas pelos mandatários políticos.

Os ciclos políticos podem ser definidos como as interferências políticas sobre o comportamento da economia (SAKURAI; GREMAUD, 2007). De acordo com Nordhaus (1975), os políticos agem de forma oportunista, pois, ao injetar moeda na economia em anos eleitorais, o governante passa uma impressão positiva aos eleitores. Em ano eleitoral haverá queda nos índices de desemprego, porém, nos anos subsequentes, ocorrerá aumento da taxa de inflação. Os políticos fazem com que a economia apresente um padrão cíclico, de acordo com o calendário eleitoral. Segundo essa teoria, que analisou a taxa de inflação e desemprego, os eleitores são considerados míopes em relação às questões macroeconômicas e ao voto.

O ciclo político de negócios tem o seguinte funcionamento: imediatamente após uma eleição, o vencedor irá aumentar o desemprego a um nível relativamente alto, a fim de combater a inflação. Com a aproximação das eleições, a taxa de desemprego será reduzida até que, na véspera da eleição, ela chegará a um ponto de provocar miopia aos eleitores quanto à duração de seus efeitos (NORDHAUS, 1975).

Segundo Nordhaus (1975), existem três situações que caracterizam os ciclos políticos. São elas: (a) que os governantes sejam escolhidos em eleições competitivas periódicas; (b) que o governo exerça controle econômico e sofisticação suficiente para mover a economia na direção desejada; e (c) que a função de votação seja míope.

Os ciclos políticos de negócios estão, portanto, totalmente relacionados aos atos praticados pelo detentor do poder político, que influenciam diretamente a economia. Dessa forma, este pode usufruir politicamente desses efeitos positivos no curto prazo. A teoria do ciclo político dos negócios, idealizada por Nordhaus (1975), serviu de base para o desenvolvimento de outras, como a do ciclo político orçamentário.

Por outro lado, Rogoff e Sibert (1988) consideram que a discrepância entre as informações que os eleitores possuem em relação aos políticos é muito grande, impedindo que tenham a real capacidade de avaliar a competência dos candidatos dispostos a continuarem no poder. Para os autores, um governo pode ser considerado competente quando precisa de menos receita para fornecer determinado nível de serviços, fazendo com que sua capacidade de formular políticas fique em evidência. Cabe ressaltar que os políticos obtêm informações sobre sua competência antes dos eleitores, e que estes observam a competência dos candidatos com atraso.

A falta de informação completa dificulta que os eleitores possam avaliar a competência do político, servindo como incentivo para o governante iludir os eleitores no período eleitoral. Essa assimetria informacional permite ao governante tomar medidas que venham a beneficiá-lo nas eleições. Por exemplo, o político pode diminuir a carga tributária em ano eleitoral, como uma forma de evidenciar sua competência (ROGOFF; SIBERT, 1988).

A teoria do *Political Budget Cycle*, apresentada por Rogoff (1990), considera que os políticos distorcem a política fiscal como forma de manipular os eleitores, a fim de favorecer seu desempenho nas eleições. Para Rogoff (1990), os testes com a intenção de se verificar a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários deveriam dar ênfase aos instrumentos de políticas orçamentárias, uma vez que a facilidade de os políticos fazerem alterações no orçamento é muito maior do que alterarem agregados macroeconômicos.

No modelo apresentado por Rogoff (1990), os políticos tendem a demonstrar sua competência administrativa por meio de modificações orçamentárias, elevando os gastos públicos nas funções

mais perceptíveis pela população, como a de serviços e consumo, que apresentam impactos positivos mais imediatos perante o eleitorado.

O modelo usa como indicador a competência administrativa dos gestores, que é medida pelo consumo de recursos para prover serviços à população. Assim, quanto menos receitas o governo necessita para fornecer determinado nível de serviços públicos, mais competente é esse governo. A noção geral é de que, quando os períodos eleitorais são antecipadamente conhecidos, os governantes tendem a tomar decisões, em especial orçamentárias, que resultem em maior visibilidade aos eleitores. A existência de informação incompleta proporciona ao governante o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição ou para manter seu grupo político no poder (ROGOFF, 1990).

Portanto, os ciclos políticos orçamentários são alterações de ordem orçamentária e fiscal promovidas pelos governantes, com intuito de promoção pessoal perante os eleitores, a fim de garantir sua permanência ou de seu grupo político no poder.

## 2.2 Investimentos públicos

Investimentos públicos são aplicações financeiras de responsabilidade do Estado, necessárias para a compra de bens que serão utilizados com a finalidade de manter ou ampliar a prestação de serviços públicos, visando garantir a sua qualidade e satisfazer as necessidades da população (ANDRADE, 2007; KOHAMA, 2016).

O Estado, em sentido amplo, é o ente público responsável pelo funcionamento dos diversos serviços públicos prestados à sociedade. Para que esses serviços possam ser realizados, são necessários recursos financeiros, que são captados das mais diversas formas, principalmente pelos tributos. Os principais serviços oferecidos pelo Estado à população estão relacionados às áreas da saúde, educação, segurança e assistência, que demandam vultosos investimentos públicos (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Os investimentos públicos têm por objetivo melhorar a forma de realizar os serviços públicos à população. Esse aperfeiçoamento pode ser por meio da realização de obras, como a construção de edificações (escolas, creches etc.); a construção de estradas, rodovias, pontes etc.; ou mediante a compra de equipamentos e materiais permanentes (máquinas, veículos e equipamentos médicos, odontológicos, rodoviários, entre outros) (ANDRADE, 2007; KOHAMA, 2016).

Diferentemente de outros tipos de despesas, os investimentos públicos possuem a capacidade de gerar receitas ao setor público, uma vez que incrementam os ativos fixos e, conseqüentemente, aumentam o patrimônio líquido da entidade. Além disso, contribuem para que o nível de emprego permaneça estável em períodos recessivos e garantem infraestrutura ao setor privado a médio e longo prazo, impulsionando o crescimento econômico (ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2014).

Além da possibilidade da geração de receitas, os investimentos em capital fixo contribuem para a eficiência dos processos produtivos, pois permitem ganhos de produção e aumento da base consumidora pela geração de novos produtos, provocando impulso na capacidade produtiva mediante o uso de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes (SUPRANI, 2012).

Cabe ressaltar que os investimentos fixos do setor público são em sua maioria descentralizados, ou seja, a maior parte cabe aos estados e municípios. Para Afonso e Biasoto Jr. (2007), investimentos, principalmente em infraestrutura, são indispensáveis para o desenvolvimento econômico do país. É por meio da infraestrutura que se atrai indústrias e investimentos privados, que por consequência geram empregos e renda, movimentando a economia.

Apesar da relevância dos investimentos para a manutenção da economia forte e estável, muitas vezes esses gastos são afetados por fatores econômicos, como, por exemplo: baixo crescimento da economia, queda de arrecadação, regras fiscais cada vez mais brandas e cortes no orçamento (ORAIR; GOUVÊA; LEAL, 2014).



## 2.3 Estudos empíricos

No Quadro 1, são apresentados estudos empíricos que trataram do tema envolvendo ciclos políticos orçamentários e investimentos públicos, destacando-se os objetivos propostos e os resultados encontrados nessas pesquisas.

Quadro 1 – Estudos empíricos sobre ciclos políticos e investimentos públicos

Autor	Título	Objetivos	Resultados
Ferreira e Bugarin (2007)	Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro	Analisar o efeito das transferências intergovernamentais politicamente motivadas sobre os equilíbrios eleitoral e fiscal subnacionais.	As transferências podem eliminar o ciclo político orçamentário, resolvendo o problema de risco moral, mas, por outro lado, elas podem colocar no poder um titular incompetente.
Sakurai (2009)	Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990 - 2005 via dados em painel	Verificar se algumas funções orçamentárias poderiam ser conduzidas em função de interesses eleitorais ou se algumas categorias de despesa pública poderiam ser mais ou menos priorizadas em função das opções partidárias de cada prefeito.	O fenômeno do ciclo eleitoral é observado de forma mais expressiva em algumas funções específicas, como saúde, saneamento, assistência e previdência, habitação e urbanismo e transportes. Por outro lado, algumas funções não apresentaram distorções, sofrendo até mesmo variações negativas.
Oliveira e Carvalho (2009)	A contabilidade governamental e a teoria dos ciclos políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro 1998 / 2006	Analisar o comportamento das prefeituras fluminenses com o objetivo de observar possíveis comportamentos cíclicos nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral.	O estudo demonstrou que o calendário eleitoral exerce grande influência no comportamento dos prefeitos, evidenciando que estes realizam superávits financeiros em períodos anteriores à eleição para descarregarem esse excesso de recursos nos anos eleitorais. Em contrapartida, os prefeitos demonstraram um comportamento fiscal mais responsável, a fim de evitar o ônus das dívidas contraídas se reeleitos.
Nakaguma e Bender (2010)	Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro	Investigar se, e em que medida, os eleitores são capazes de captar as sinalizações de competência emitidas pelos governantes; e identificar e punir políticos oportunistas.	O resultado principal é o de que o eleitorado recompensa a parcela oportunista dos ciclos, tanto nas receitas quanto nas despesas, embora esse efeito tenha diminuído ao longo das eleições.
Rodrigues e Teixeira (2010)	Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo	Determinar qual esfera de governo influenciou mais no crescimento econômico brasileiro, entre os anos de 1948 a 1998, e a categoria de gastos mais produtiva (CST – consumo, transferências e subsídios ou IGT – investimentos totais do governo).	Como resultado, notou-se que o investimento é o gasto mais relevante, enquanto a esfera estadual é a que mais apresenta capacidade de impulsionar o crescimento econômico.
Videira e Mattos (2011)	Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros	Investigar a interação espacial para os gastos municipais com saúde, educação e investimentos baseando-se no modelo tradicional de ciclos políticos eleitorais.	Os resultados demonstraram interação espacial para as despesas com saúde e educação, visto que em ano eleitoral o aumento médio foi potencializado para os gastos com educação e investimentos. Os resultados sugeriram também que o aumento dos gastos em períodos eleitorais pode não ocorrer de forma absoluta, mas como uma resposta à política fiscal adotada pelos municípios vizinhos de forma relativa.
Orair, Gouvêa e Leal (2014)	Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil	Trazer uma abordagem diferenciada em relação aos demais trabalhos sobre ciclos políticos, aplicando a modelagem de espaço de estados, o que permite estimar o componente cíclico com mais precisão e de forma endógena. Presença de ciclos nos três entes federados, além das transferências do governo federal, permitindo-se, também, uma visão mais abrangente da administração pública e das inter-relações federativas.	Os modelos utilizados mostraram tendência de expansão dos investimentos na maior parte do período. Os resultados que merecem destaque estão relacionados aos componentes cíclicos bienais e quadrienais nas séries dos investimentos dos três entes federados. Em relação às bienais, observou-se aceleração cíclica nos investimentos na primeira metade dos anos pares, ou seja, períodos pré-eleitorais para prefeitos, governadores e presidente, sendo revertida em anos ímpares. Os componentes quadrienais mostraram patamares de investimentos mais elevados no período pré-eleitoral de governadores e presidente, enquanto a fase descendente será revertida apenas no segundo ano do governo eleito.

Autor	Título	Objetivos	Resultados
Gonçalves, Funchau e Bezerra Filho (2017)	A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014	Avaliar se os ciclos políticos em conjunto com a ideologia partidária afetam as decisões dos governantes na alocação de recursos públicos em investimentos de infraestrutura nos estados brasileiros.	Os resultados mostraram que existe influência ideológica interagindo com os ciclos eleitorais. Partidos de esquerda e de centro realizaram mais gastos com investimentos em infraestrutura em períodos pré-eleitorais do que partidos de direita. Ficou comprovado que os ciclos podem ser mais influenciados dependendo do partido que está no poder. Em contrapartida, quando o governador pertencia ao mesmo partido do Presidente, os gastos se mostraram menores, demonstrando um resultado contraintuitivo.
Gerigk e Ribeiro (2018)	Investimentos públicos e fatores políticos nos pequenos municípios brasileiros: o que é relevante?	O objetivo foi analisar a influência de variáveis políticas sobre os gastos com investimentos públicos realizados pelos municípios brasileiros com menos de cinco mil habitantes.	Os resultados revelaram que os investimentos públicos sofreram impactos dos ciclos políticos orçamentários e apresentaram maior aplicação de valores em anos de pleitos estaduais/federais. Os partidos de centro e de direita aplicaram mais recursos em investimentos públicos que os partidos ideologicamente de esquerda. O alinhamento político, por meio de coligações indiretas entre os pequenos governos locais e o governo federal e os estaduais, foi a forma de relação política que mais impactou os investimentos nos pequenos entes locais. E a competição política não influenciou os gastos com investimentos públicos nos municípios brasileiros com população inferior a cinco mil habitantes.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Em relação aos estudos encontrados, percebe-se que os resultados demonstraram a ocorrência de ciclos políticos orçamentários. Nota-se, também, que algumas áreas específicas tendem a concentrar uma maior elevação no nível de gastos nos períodos pré-eleitorais, principalmente aquelas que representam maior apelo eleitoreiro.

Pode-se destacar algumas peculiaridades interessantes encontradas em alguns estudos. Em Sakurai (2009), algumas despesas chegaram a apresentar variação negativa, indicando que os políticos investem mais nas funções que trazem mais retorno a eles, em detrimento das outras.

No caso de Oliveira e Carvalho (2009), observou-se que, apesar do calendário eleitoral exercer influência sobre o comportamento do político, este passou a adotar um comportamento fiscal mais responsável, uma vez que teria que arcar com as consequências de sua política fiscal expansionista caso reeleito.

Em Videira e Mattos (2011), notou-se que existe uma interação espacial entre municípios vizinhos, quanto ao nível de gastos em algumas funções orçamentárias. Em relação à ideologia partidária, Gonçalves, Funchau e Bezerra Filho (2017) encontraram interação ideológica em conjunto com os ciclos orçamentários, comprovando que cada partido investe na área que considera mais importante.

Por fim, Gerigk e Ribeiro (2018) destacam que no caso dos pequenos municípios brasileiros, de até 5 mil habitantes, os investimentos públicos foram influenciados pelos ciclos políticos orçamentários. Entretanto, apresentaram maior aplicação de valores em anos de pleitos estaduais/federais, ou seja, existe um componente político importante para todas as esferas de governo associado à aplicação de recursos em investimentos públicos, em especial, financiado pelos entes públicos superiores.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada quanto aos objetivos como descritiva. Os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem é quantitativa e empregou-se a técnica de análise de dados em painel, tendo os gastos orçamentários anuais realizados, pelos municípios pesquisados, em investimentos públicos como variável explicada. A pesquisa busca descrever os efeitos do ciclo político orçamentário sobre os gastos com investimentos públicos nos municípios com população acima de 500 mil habitantes, entre 2005 e 2016.

Os municípios brasileiros com população acima de 500 mil habitantes são o universo da presente pesquisa. De acordo com o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, 37 municípios tinham essa população e constituíram a amostra inicial da pesquisa (Quadro 2).

Quadro 2 – Amostra inicial da pesquisa – municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes

Municípios		
Aracaju	Jaboatão dos Guararapes	Ribeirão Preto
Belém	João Pessoa	Rio de Janeiro
Belo Horizonte	Joinville	Salvador
Campinas	Juiz de Fora	Santo André
Campo Grande	Londrina	São Bernardo do Campo
Contagem	Maceió	São Gonçalo
Cuiabá	Manaus	São José dos Campos
Curitiba	Natal	São Luís
Duque de Caxias	Nova Iguaçu	São Paulo
Feira de Santana	Ocasco	Sorocaba
Fortaleza	Porto Alegre	Teresina
Goiânia	Recife	Uberlândia
Guarulhos		

Fonte: Censo IBGE (2010).

Contudo, optou-se por retirar da pesquisa o município de São Paulo, devido à disparidade de sua população quando comparada com a registrada pelos demais entes locais da amostra, e do Rio de Janeiro, em razão da realização das Olimpíadas de 2016, evento este que exigiu grandes volumes de investimentos no município durante o período estudado, fato que não ocorreu com os outros municípios analisados. Dessa forma, a amostra do estudo é formada pelos 35 grandes municípios que disponibilizaram seus dados orçamentários junto à base MF/STN/Finbra, entre 2005 e 2016. Os demais dados necessários à pesquisa foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 1 – Percentuais médios da receita tributária em relação às receitas totais – 2005 a 2016

Municípios por faixa populacional	Receita total (%)											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Até 5 mil habitantes	3,20	3,19	3,29	3,20	3,36	3,56	3,54	3,59	3,59	3,73	3,53	3,92
De 5 a 10 mil habitantes	4,30	4,50	4,44	4,30	4,51	4,73	4,60	4,79	4,87	4,98	4,98	5,08
De 10 a 20 mil habitantes	5,04	5,16	5,16	5,04	5,08	5,17	5,29	5,53	5,60	5,51	5,59	5,33
De 20 a 50 mil habitantes	6,85	6,87	7,01	6,85	7,13	7,44	7,64	7,88	8,063	7,72	9,01	7,74
De 50 a 100 mil habitantes	9,81	10,35	10,17	9,81	10,05	10,11	10,66	11,01	11,59	11,52	11,49	11,04
De 100 a 500 mil habitantes	14,66	14,92	15,16	14,66	15,23	15,81	16,13	16,52	16,88	17,48	17,58	16,83
Acima de 500 habitantes	22,92	23,88	23,74	22,92	22,83	24,32	24,94	24,94	26,46	27,01	16,80	25,82

Fonte: Finbra/STN/MF (2005 a 2016).



A pesquisa analisa os grandes municípios brasileiros, considerando aqueles com mais de 500 mil habitantes e que detêm maior capacidade de arrecadação própria (recursos livres), que pode ser alocada de maneira discricionária pelos governantes locais. Para evidenciar essa questão, a Tabela 1 apresenta os percentuais médios da receita tributária municipal em relação ao total das receitas dos municípios brasileiros, os quais foram segmentados por faixas populacionais. Observa-se que, à medida que aumenta a população local, crescem as receitas tributárias.

Os municípios com população até 20 mil habitantes registraram baixa capacidade de tributação própria, não excedendo, em nenhum dos anos da série, mais de 6% em relação ao total arrecado. Naqueles com até 100 mil habitantes, as receitas tributárias se limitaram a menos de 12% da receita total. A arrecadação tributária própria aumenta nos municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes, em que o percentual médio entre os anos de 2005 a 2016 foi de 15,99%, quando comparada com as receitas totais.

Os municípios analisados, com mais de 500 mil habitantes, apresentam outra situação quando comparados com os demais: em média no período estudado as receitas tributárias próprias responderam por 24,72% da arrecadação total desses municípios, ou seja,  $\frac{1}{4}$  das receitas resultam dos tributos de competência local, o que impõe a esses entes maior discricionariedade na gestão de seus orçamentos anuais, mesmo com as destinações obrigatórias para as áreas de educação e saúde, a que esse tipo de receita está sujeita. Entre os anos de 2005 a 2009, as receitas tributárias dos grandes municípios representaram, em média, pouco mais de 23% das receitas totais; esse percentual subiu de 2010 a 2012, atingido 24,94% tanto em 2011 como em 2012; também, registrou crescimento de 2013 a 2016, com percentual médio nesses 4 anos de 26,52%, sendo o ano de 2014 aquele em que a receita tributária dos grandes municípios mais contribuiu com as receitas totais, 27,01%. Esses dados evidenciam que os municípios brasileiros com população acima de 500 mil habitantes apresentam condições orçamentárias e financeiras diferenciadas dos demais municípios brasileiros.

O levantamento bibliográfico foi usado com a finalidade de propiciar suporte teórico às análises e possibilitar a comparação dos resultados apresentados pelos municípios estudados frente às pesquisas que abordaram temática semelhante.

A pesquisa documental envolveu a coleta dos dados referentes à composição da amostra e das variáveis da pesquisa. Em um primeiro momento, identificaram-se os municípios que se enquadraram na pesquisa, conforme o critério populacional; depois, os valores aplicados por estes em investimentos públicos; e, por fim, foram compostas variáveis explicativas utilizadas na pesquisa (Quadro 3).

Quadro 3 – Matriz com variáveis explicativas e variáveis de controle e a relação esperada com os gastos municipais em investimentos públicos

	Variáveis	Investimentos Públicos (Variável Explicada)	Fontes
Ciclo Político	Ano Eleição Federal	(+)	Sakurai e Gremaud (2007); Veiga e Veiga (2007); Oliveira e Carvalho (2009); Sakurai (2009); Videira e Mattos (2011); Gerigk (2016); Gerigk e Ribeiro (2018)
	Ano Eleição Municipal	(+)	
Variáveis de Controle	Receita de Transferência de Capital – Convênios – <i>per capita</i>	(+)	Veiga e Veiga (2007); Ferreira e Bugarin (2007); Vieira e Arvate (2008)
	Receita de Transferência de Capital – Convênios – Estados – <i>per capita</i>	(+)	Vieira e Arvate (2008)
	Receita Tributária – <i>per capita</i>	(+)	Sakurai (2009)
	Endividamento <i>per capita</i>	(+)	Rodrigues e Gerigk (2018)
	Partidos Políticos Prefeitos	(+/-)	Sakurai e Gremaud (2007); Oliveira e Carvalho (2009)
	Relação Partidária Presidente	(+)	Vieira e Arvate (2008); Oliveira e Carvalho (2009); Sakurai (2009); Videira e Mattos (2011); Gerigk (2016); Gerigk e Ribeiro (2018)
	Relação Partidária Governador	(+)	Vieira e Arvate (2008); Oliveira e Carvalho (2009); Sakurai (2009); Videira e Mattos (2011); Gerigk (2016); Gerigk e Ribeiro (2018)
	Ideologia Política de Esquerda	(+)	Oliveira e Carvalho (2009); Sakurai (2009); Gerigk (2016); Gerigk e Ribeiro (2018)
	Grau de Urbanização	(+)	Sakurai (2009)
	População LN	(+)	Veiga e Veiga (2007); Sakurai (2009); Gerigk (2016); Gerigk e Ribeiro (2018)

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

A variável explicada da presente pesquisa são os gastos orçamentários municipais realizados com investimentos públicos, ou seja, as despesas orçamentárias efetivadas a cada ano por meio do orçamento público local, as quais podem utilizar para seu custeio tanto os recursos provenientes de receitas de fontes livres como de fontes vinculadas com essa natureza de despesa,

Para avaliar os efeitos dos anos eleitorais sobre a variável explicada, foram utilizadas duas variáveis *dummies*: uma para representar as eleições municipais (2008, 2012 e 2016) e outra para identificar as eleições federais e estaduais (2006, 2010 e 2014). O objetivo é determinar se os gestores locais tendem a mudar a execução orçamentária em anos eleitorais aumentando os gastos com investimentos públicos, que são mais visíveis ao eleitorado, e, com isso, melhorar a avaliação de suas gestões.

Além das variáveis explicativas, é utilizado um conjunto de variáveis de controle. Embora não estejam diretamente relacionadas com a pergunta de pesquisa, elas podem influenciar positivamente (aumento) ou negativamente (diminuição) a variável explicada. As variáveis de controle foram as seguintes: a) Receita de Transferência de Capital – Convênios – *per capita*; b) Receita Tributária – *per capita*; c) Endividamento *per capita*; d) Partido Político do Prefeito; e) Alinhamento Político com Entes Públicos Superiores (União e estados); f) Ideologia Política de Esquerda; g) Grau de Urbanização; e h) População.

Receita de Transferência de Capital – Convênios – *per capita*: os convênios, ou transferências voluntárias, representam alternativa importante para a realização de obras e políticas públicas para os municípios. Assim, espera-se uma correlação positiva, uma vez que, com a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários, tende a aumentar o número de convênios firmados entre municípios e a União, como forma de maximizar os investimentos públicos.

Receita de Transferência de Capital – Convênios – Estados – *per capita*: representa as transferências voluntárias repassadas aos municípios pelos estados. Os municípios possuem gran-

de dependência desses recursos para investimentos, visto que a arrecadação municipal tende a ser insuficiente.

Receita Tributária – *per capita*: representa o montante de recursos arrecado de cada cidadão residente no município. Quanto maior a quantidade arrecadada, maior será a capacidade de investimento do município.

Endividamento e Receita Total – *per capita*: o esperado é que o relacionamento seja positivo, visto que, quanto maior o endividamento e o total de receitas locais disponíveis, mais aplicações de recursos em investimentos públicos.

Quanto aos partidos políticos a que os prefeitos pertencem, a relação esperada pode ser tanto negativa quanto positiva, visto que vai depender do alinhamento partidário do governante. Caso o prefeito seja do mesmo partido ou coligação do governador ou presidente, espera-se que os investimentos sejam maiores, devido a uma maior facilidade de obtenção de recursos. Caso seja da oposição, a tendência é que os recursos oriundos de transferências sejam menores, impactando na capacidade de investimentos e, conseqüentemente, amenizando a ocorrência dos ciclos políticos orçamentários.

A respeito do alinhamento político dos prefeitos com o presidente da República, foi estabelecida uma variável *dummy* para representar essa relação: ela determina se o prefeito e o presidente pertenciam ao mesmo partido político (*relação partidária presidente*). O mesmo procedimento foi empregado quanto à vinculação política dos municípios com o governo do seu estado: relação partidária governador.

O esperado é que essas associações políticas contribuam para as finanças municipais, gerando um incremento de suas receitas, principalmente pela liberação de recursos de transferências voluntárias. Assim, a expectativa é que, quando tais alinhamentos políticos se configurem, os governos locais registrem aumentos de gastos com investimentos públicos locais, quando comparados com os municípios nos quais essas relações políticas não se concretizaram.

Em relação à ideologia partidária, o estudo empregará como variável a Ideologia de Esquerda. Assim, o que se espera é um maior nível de investimentos públicos nas cidades governadas por partidos de esquerda, visto que estes costumam aplicar um maior número de recursos em áreas de cunho social, beneficiando mais pessoas, que é o caso dos investimentos públicos, em comparação aos partidos de direita e de centro. Tal classificação será feita com base em Zucco Jr. (2011).

Grau de Urbanização: como a amostra é composta por grandes municípios, parte-se do pressuposto de que já possuem elevado grau de urbanização e, dessa forma, para manter toda essa estrutura, grandes volumes de investimentos se fazem necessários nessa área, gerando impacto positivo no índice de investimentos.

População total (logaritmo natural): como a pesquisa aborda municípios com população superior a quinhentos mil habitantes, a demanda por recursos para suprir as necessidades da população sugere que o nível de investimentos precisa ser mais volumoso, gerando impacto positivo sobre essa natureza de gasto público local.

As variáveis foram deflacionadas pelo IPCA/IBGE para dezembro/2004 e transformadas em valores *per capita*. Já as variáveis explicativas que se referem aos anos eleitorais, os alinhamentos políticos, diretos e indiretos, entre os governos locais e os entes públicos superiores (estados e União) são evidenciados por meio de variáveis *dummies*, que assumem valor 1 (um) quando tal característica é verificada e 0 (zero) quando não. As demais variáveis explicativas são tratadas como discretas.

A pesquisa teve abordagem quantitativa. As análises foram feitas por meio da técnica de análise de dados em painel, tendo o montante de gastos orçamentários realizados pelos municípios pesquisados em investimentos públicos como variável dependente.

Segundo Fávero et al. (2009), a análise de dados em painel combina a abordagem *cross-sectional* – que estuda o comportamento das variáveis para observações da amostra com o tempo fixo: dia, mês ou ano – e a de séries temporais – que permite analisar a evolução das variáveis observadas ao longo de determinado período.

Os métodos utilizados nas análises de dados em painel são: POLS (*Pooled Ordinary Least Squares*), efeitos fixos e efeitos aleatórios. Primeiro, realiza-se o Teste de Chow para verificar se o modelo restrito (POLS) é mais indicado que o de efeitos fixos. Analisa-se a estatística do teste F da estimação com efeitos fixos. Se for significativa a 5% (Prob<0,05), o modelo de efeitos fixos é melhor que o POLS. Depois, para escolher entre os métodos de efeitos fixos ou de efeitos aleatórios, o teste utilizado é o de Hausman. Se o resultado for significativo a 5% (Prob< 0,05), o método indicado é o de efeitos fixos; se não, os dois métodos são adequados, ou seja, suas estimativas são semelhantes. Nesse caso, usa-se o método de efeitos aleatórios por ser mais eficiente para as estimações (FÁVERO et al., 2009).

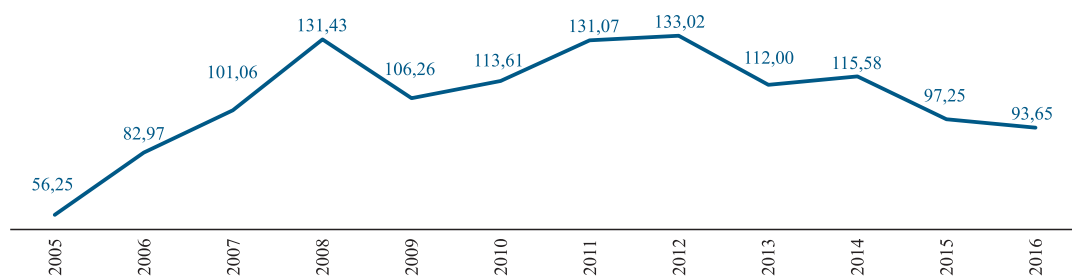
## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção, são apresentados os resultados da presente pesquisa. Primeiro, por meio de análises descritivas das variáveis explicadas e, também, das variáveis explicativas formadas por valores monetários. Depois são evidenciados os achados resultantes da análise de dados em painel.

### 4.1 Análises descritivas

As análises descritivas envolveram os gastos com investimentos públicos. Foram calculados médias e coeficientes de variação da variável estudada, com o objetivo de destacar o que ocorreu com esses itens orçamentário-financeiros nos grandes municípios brasileiros entre os anos de 2005 a 2016.

Figura 1 – Investimentos públicos municipais – média *per capita* – 2005 a 2016



Coefficiente de Variação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Investimento <i>Per Capita</i>	65,44	60,32	60,29	57,25	58,28	64,89	66,73	70,3	74,03	74,97	57,33	65,48

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme os dados evidenciados (Figura 1), nota-se crescimento constante dos gastos médios municipais com investimento público de 2005 até 2008, ano de eleições municipais, na ordem de 133,65%, passando de R\$ 56,25 a R\$ 131,43. No ano seguinte (2009), houve um decréscimo pontual, visto que os investimentos voltaram a crescer a partir de 2010, até chegar ao ápice de R\$ 133,02 *per capita* no ano de 2012. Nos anos subsequentes, o gasto médio *per capita* em investimentos locais reduziu-se entre os anos de 2013 a 2016, com exceção de 2014, chegando a R\$ 93,65 em 2016.

Na Figura 2, constam os coeficientes de variação dos investimentos públicos dos grandes municípios brasileiros. É possível notar se os gastos foram homogêneos ou heterogêneos. Segundo Martins e Theóphilo (2007), as regras empíricas para interpretações do coeficiente de variação são: até 15% baixa dispersão; de 15% até 30% média dispersão; e acima de 30% tem-se alta dispersão dos dados.

Os resultados evidenciam que os gastos realizados pelos grandes municípios brasileiros em investimentos públicos, entre os anos de 2005 a 2009, apresentaram alta dispersão, devido ao coeficiente de variação apresentar percentuais acima de 30%. Tal fato revelou que esse grupo de municípios aplica recursos em investimentos públicos de forma diferenciada, não homogênea.

## 4.2 Análise de dados em painel

Nesta seção, são apresentadas as análises de dados em painel. Seu objetivo é determinar se o gasto dos grandes municípios brasileiros com investimentos públicos foi influenciado pelos períodos eleitorais e, também, se outras variáveis impactaram esses gastos nos grandes municípios brasileiros entre 2005 e 2016.

O primeiro passo é determinar qual método deve ser empregado. Na metodologia explica-se esse procedimento, com os resultados evidenciados na Tabela 2.

Tabela 2 – Testes para determinar método de análise em painel – investimentos

Teste de Chow	Prob>F	34,376	0,000
Teste de Breusch-Pagan	Prob>Chi <sup>2</sup>	366,297	0,000
Teste de Hausmann	Prob>Chi <sup>2</sup>	8,375	0,301

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Nas análises de dados em painel foram utilizadas, além dos períodos eleitorais municipais e federais/estaduais, sete variáveis de controle relacionadas às receitas municipais, ao endividamento e às questões políticas no ambiente local. Os resultados da estimativa envolvendo os investimentos públicos locais são apresentados na Tabela 3, em que consta as variáveis explicativas, os coeficientes estimados, o erro padrão, a estatística Z e a significância das variáveis.

Tabela 3 – Análise de dados em painel dos gastos com investimentos públicos municipais – 2005 a 2016 – valores per capita –efeitos aleatórios

Variáveis Independentes	Coefficientes	Erro padrão	Estatística Z	P-valor	Sig.
Constante	43,190	11,810	3,657	0,000	***
Eleições Municipais	9,274	5,627	1,648	0,099	
Eleições Estaduais/Federais	2,800	5,549	0,505	0,614	
Receita Tributária	0,132	0,025	5,324	0,000	***
Transferências de Capital União – Convênios	0,952	0,193	4,941	0,000	***
Transferências de Capital Estaduais – Convênios	-0,062	0,202	-0,3073	0,759	
Exigível a Longo Prazo	0,012	0,004	3,289	0,001	***
Relação Partidária Presidente	3,926	8,597	0,457	0,648	
Relação Partidária Governador	25,980	7,433	3,495	0,001	***
Ideologia Partidária de Esquerda	-10,539	7,682	-1,372	0,170	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Notas: significância \*\*\*=1% e \*\*=5%.

As eleições municipais e as federais/estaduais não apresentaram significância estatística. Diante desses resultados, pode-se afirmar que no caso dos grandes municípios brasileiros os períodos eleitorais, durante os anos de 2005 a 2016, não influenciaram os gastos com investimentos públi-



cos, diferente do que se esperava. Ou seja, que em anos eleitorais, tanto de pleitos locais como nacionais, os gastos com investimentos públicos aumentariam, quando comparados com os períodos em que não ocorreram eleições.

As receitas tributárias e as de transferências de convênio de capital da União se mostraram significantes estatisticamente e ambas com sinal positivo. Tal relação indica que, quando essas receitas aumentaram, os gastos com investimentos públicos nos grandes municípios brasileiros também aumentaram. No caso das receitas tributárias, a estimativa indicou que, para cada R\$ 1 *per capita* arrecadado, R\$ 0,13 foram destinados aos investimentos públicos; e, em relação às transferências de convênios de capital da União para os grandes municípios brasileiros, de cada R\$ 1 *per capita* arrecadado, R\$ 0,95 foram aplicados em investimentos locais. Entretanto, as receitas de transferências de convênio de capital dos Estados não foram estatisticamente significantes em relação aos gastos com investimentos públicos.

Quanto ao exigível de longo prazo, a relação esperada era positiva, fato que ocorreu, sendo a variável significativa e, com isso, quando o endividamento de longo prazo municipal aumentou, cresceu a aplicação de recursos em investimentos locais. No caso dos grandes municípios, o acréscimo foi de R\$ 0,012 *per capita*. Isso pode ser explicado pelo fato de que a realização de investimentos públicos demanda grandes dispêndios de recursos por parte do prefeito. Assim, é comum que sejam tomados empréstimos para a realização dos investimentos e, conseqüentemente, o aumento do exigível de longo prazo impacta positivamente essa natureza de gastos públicos municipais.

A relação partidária do prefeito com o presidente, ou seja, quando ambos eram do mesmo partido político, não foi estatisticamente significativa. Dessa forma, no caso dos prefeitos dos grandes municípios brasileiros serem aliados políticos do presidente da República, isso não contribuiu para aumentar os gastos com investimentos locais.

A interação partidária entre o Prefeito e o Governador do seu respectivo estado, quando ambos eram do mesmo partido político, sobre os investimentos públicos foi significativa e o sinal foi positivo. Diante disso, quando o gestor local e o estadual eram do mesmo partido, os investimentos municipais apresentaram aumento *per capita* na proporção de R\$ 25,98, quando comparado com os prefeitos que não se encontravam nesta situação política.

A ideologia partidária não se mostrou significativa para com os gastos municipais com investimentos públicos, nos grandes municípios, entre os anos de 2005 a 2016. Ou seja, pertencer aos partidos de esquerda, como de direita ou de centro, não foi um fator de diferenciação para com os gastos locais em investimentos públicos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo avaliou se os gastos com investimentos públicos nos municípios brasileiros com população acima de 500 mil habitantes, entre 2005 a 2016, foram impactados pelos períodos eleitorais, ou seja, se nesse grupo de entes públicos municipais os ciclos políticos orçamentários influenciaram a aplicação de recursos em investimentos públicos.

Os resultados da presente pesquisa indicaram que, tanto as eleições municipais quanto as eleições estaduais/federais, não influenciaram os gastos com investimentos públicos nos grandes municípios brasileiros, isto é, o ciclo político orçamentário não foi evidenciado junto aos grandes municípios brasileiros, entre os anos de 2005 e 2016.

Esses achados contrariam vários estudos sobre a temática dos ciclos políticos orçamentários, uma vez que os municípios da amostra são grandes polos eleitorais que despertam o interesse político, tanto a nível municipal como também estadual e federal. Os resultados contrariam os estudos de Veiga e Veiga (2007), Oliveira e Carvalho (2009), Videira e Mattos (2011), Orair, Gouvêa e

Leal (2014) e Gerigk e Ribeiro (2018), os quais indicam a influência dos ciclos políticos orçamentários sobre os gastos municipais.

Destaca-se, com isso, a importância de os estudos serem realizados com amostras englobando municípios que possuam características orçamentário-financeiras mais homogêneas, pois isso certamente possibilita a evidência de características e/ou especificidades que podem ser perdidas quando as análises recaem sobre amostras bastante heterogêneas, principalmente quando o objeto de estudo são os municípios brasileiros.

Contudo, as variáveis relacionadas à receita tributária, a transferências de capital oriundas da União (convênios), ao exigível a longo prazo e à relação partidária do prefeito com o governador do seu estado mostraram-se significativas estatisticamente e registraram aumento de gastos com investimentos públicos no período pesquisado.

Para esse grupo de municípios, quanto maior a arrecadação vinculada aos tributos locais, maiores as possibilidades de aplicação de recursos com investimentos públicos. Também ficaram evidenciadas três outras questões: i) que o ente público tem capacidade de endividar-se (exigível a longo prazo); ii) consegue arrecadar mais recursos por meio de transferências de capital da União, geralmente convênios firmados para realizações específicas, contribuindo para capitalizar os investimentos em prol da população local; e iii) o alinhamento político do prefeito com o governo do seu estado, ou seja, quando o governante local pertence ao mesmo partido do governador, aumenta a possibilidade dos governantes locais aplicarem mais recursos em gastos com investimentos públicos no âmbito municipal.

Em relação à ideologia partidária, esperava-se que os partidos de esquerda potencializassem os gastos com investimentos públicos, visto que a literatura que versa sobre ideologia atribui a tais partidos maior ação pública em relação à quantidade de recursos públicos aplicados em investimentos. Entretanto, os resultados das análises apontaram que não ocorreram diferenças estatisticamente significativas entre os gastos realizados pelos governantes de esquerda quando comparados com os de centro e de direita. Dessa forma, a ideologia partidária não interferiu nos gastos com investimentos públicos dos grandes municípios brasileiros. Tal fato corrobora os achados de Rodrigues (2010), ou seja, a orientação ideológica dos governantes dos grandes municípios brasileiros não se mostrou um aspecto de diferenciação entre os municípios quanto aos gastos com investimentos públicos locais.

Os resultados encontrados no presente estudo demonstram que os prefeitos dos grandes municípios brasileiros adotam um comportamento mais responsável em relação aos gastos com investimentos públicos, contrariando hipótese de Rogoff (1990), de que em anos eleitorais os políticos elevariam os gastos em áreas mais perceptíveis pelos eleitores como forma de permanência no poder.

Diante do exposto, pode-se concluir que os ciclos políticos orçamentários não ocorreram no período de 2005 a 2016 nos grandes municípios brasileiros, evidenciando uma maior preocupação fiscal e orçamentária pelos prefeitos. Ressalta-se que os resultados da presente pesquisa se referem aos municípios brasileiros com população acima de 500 mil habitantes e, também, limitam-se aos períodos avaliados, de 2005 a 2016.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto R.; BIASOTO JR, Geraldo. Investimentos públicos no Brasil: diagnósticos e proposições. **Caderno Virtual**, v. 3, n. 15, 2007.
- ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BEZERRA, M. O. Políticos, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 181-207, 2001.
- BORGES, A. Federalismo, dinâmica eleitoral e políticas públicas no Brasil: uma tipologia e algumas hipóteses. **Sociologias**, v. 12, n. 24, p. 120-157, ago. 2010.
- DRAZEN, A.; ESLAVA, M. Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence. **National Bureau of Economic Research – NBER**. Working Paper nº 11085. Cambridge, jan., 2005. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w11085.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271-300, Rio de Janeiro, jul.-set., 2007.
- FERREIRA-NETO, J.; FONTES, R.; LIMA, J. E. Teoria dos ciclos político-econômicos: um estudo empírico para Minas Gerais. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 42., Cuiabá, 2004. **Anais...** Viçosa: UFV, 2004. v. 42.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GERIGK, W. **Política nos pequenos municípios brasileiros: uma análise de seus efeitos sobre o processo decisório, as políticas fiscais e os investimentos públicos**. 2016.
- GERIGK, W.; RIBEIRO, F. Investimentos públicos e fatores políticos nos pequenos municípios brasileiros: o que é relevante? **Revista Universo Contábil**, v. 14, n. 4, p. 68-92, 2018.
- GONÇALVES, L. G.; FUNCHAL, B.; BEZERRA FILHO, J. E. A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em 26 março 2019.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA/SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MF/STN/FINBRA. **Finanças do Brasil - FINBRA, 2005 a 2016**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em 03 jun. 2019.

- NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002). **Economia Aplicada**, v. 10, n. 3, p. 377-397, 2006.
- NORDHAUS, W. The political business cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.
- OLIVEIRA, K. V.; CARVALHO, F. A. A. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no período 1998-2006. **RCO-Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 121-141, 2009.
- ORAIR, R. O.; GOUVÊA, R. R.; LEAL, E. M. Ciclos políticos eleitorais e investimentos das administrações públicas no Brasil. Texto para Discussão, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2014.
- PETTERSSON-LIDBOM, P. A Test of the Rational Electoral-Cycle Hypothesis. **Research Papers in Economics**, v. 16, p. 1-26, 2003.
- REIS, D. A.; SANTANA, J. R. Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. 1, p. 1-27, 2015.
- RODRIGUES, G. **Partidos políticos e gastos públicos em Santa Catarina**: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos. 2010. 263f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- RODRIGUES, J.; GERIGK, W. Política e gastos sociais nos pequenos municípios paranaenses. **Organizações e Sustentabilidade**, 6, p. 52-61, 2018.
- RODRIGUES, R. V.; TEIXEIRA, E. C. Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. **RBE - Revista Brasileira de Economia**, v. 64, p. 423-438, 2010.
- ROGOFF, K.; SIBERT, A. Elections and macroeconomic policy cycles. **The Review of Economic Studies**, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1988.
- ROGOFF, K. Equilibrium political budget cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21-36, march, 1990.
- SAKURAI, S. N. Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período 1990-2005 via dados em painel. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 1, p. 39-58, 2009.
- SAKURAI, S. N.; GREMAUD, A. P. Political business cycles: evidências empíricas para os municípios paulistas (1989-2001). **Economia Aplicada**, v. 11, n. 1, p. 27-54, 2007.
- SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública**: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (2a ed.). São Paulo: Atlas, 2006.
- Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Estatísticas e resultados das eleições**. 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- SUPRANI, R. **O investimento em infraestrutura**: desenvolvimento, comércio exterior e o caso brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/NEI, 2012.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, n. 1-2, p. 45-64, 2007.

VIDEIRA, R. A.; MATTOS, E. Ciclos políticos eleitorais e a interação espacial de políticas fiscais entre os municípios brasileiros. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 259-286, abr./jun. 2011.

VIEIRA, F. J. A.; ARVATE, P. R. Eleições municipais: como interagem os prefeitos e as outras esferas de governo para alcançar maior sucesso nas urnas. 2008. In: Encontro Nacional de Economia, 36, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 2008.

ZUCCO JUNIOR, C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, Timothy J.; ZUCCO, JUNIOR, Cesar. (Ed.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 37-60.